

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

Mercado de Atuação

A Santander Leasing, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$5.763 milhões (31/12/2018 - R\$5.753 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2019 de R\$47 milhões (2018 - R\$325). No exercício de 2019, ocorreu o pagamento de ISS efetuado pela Santander Leasing para o Município de São Paulo, referente a operações de arrendamento mercantil do período de janeiro de 2014 a dezembro de 2017, no valor total de R\$195 milhões.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos totais atingiram R\$8.163 milhões (31/12/2018 - R\$7.954 milhões). Desse montante, R\$1.310 milhões (31/12/2018 - R\$1.479 milhões) são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, R\$1.656 milhões (31/12/2018 - R\$1.648 milhões) por títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e R\$2.112 milhões (31/12/2018 - R\$1.837 milhões) pela carteira de arrendamento ao valor presente.

O total dos recursos captados atingiu R\$375 milhões (31/12/2018 - R\$354 milhões) representado por depósitos.

Conjuntura Econômica

A Santander Leasing avalia que, no quarto trimestre, o cenário internacional foi marcado por acontecimentos que inicialmente abrandaram recessos quanto à possibilidade do surgimento de conflitos importantes tanto no fronto geopolítico - não escada de tensão no Oriente Médio na esteira do ataque feito às instalações sauditas de refino de petróleo - quanto no campo econômico - abrandamento da disputa comercial entre China e EUA, e obtenção do aval para a continuidade das negociações de um acordo para a saída do Reino Unido da União Europeia. Diante disto, observou-se melhora nas condições financeiras internacionais, com preços dos ativos financeiros apresentando elevação no período frente aos níveis observados no trimestre anterior. Contudo, na esteira do bombardeio norte-americano em solo iraquiano no início de 2020, que resultou na morte de um general iraniano e na consequente retaliação por parte daquele país a bases militares do EUA no Iraque; do ataque entre Arábia Saudita e Rússia, que provocou queda abrupta nas cotações do petróleo e, da eclosão da pandemia do Covid-19, que elevou as chances de a economia mundial passar por uma desaceleração econômica importante, a Santander Leasing ressalta que as questões geopolíticas poderão, eventualmente, pressionar a dinâmica dos preços dos ativos ao longo de 2020.

No país, em conjunto com a continuidade do avanço das discussões sobre reformas estruturais importantes - a reforma do sistema previdenciário brasileiro foi promulgada, e avançou o debate sobre novas medidas que aprofundem o controle de gastos públicos e de mudanças tributárias - a Santander Leasing observou melhora nos indicadores de atividade econômica, aparentemente, na esteira da medida de estímulo à economia calculada na liberação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Além disso, a revisão dos dados históricos do PIB mostrou resultados mais robustos do que anteriormente previsto e revelou aceleração do ritmo no terceiro trimestre. Previamente, a taxa de crescimento estimada para a economia brasileira era de contração de 0,1% no primeiro trimestre e expansão de 0,4% no segundo trimestre - ambos frente ao trimestre imediatamente anterior e já descontadas as influências sazonais de cada período. Estes resultados foram revisados para estabilidade no primeiro trimestre e expansão de 0,5% no segundo trimestre. Ademais, o resultado do terceiro trimestre apontou expansão de 0,6% nos mesmos termos anteriores, o que deixou os agentes econômicos mais confiantes com a possibilidade de a economia brasileira ter registrado crescimento superior a 1,0% no ano de 2019 como um todo. A Santander Leasing compartilha desta visão e estimava que o PIB brasileiro tivesse crescido 1,2% em 2019 frente a 2018, e projetava que a economia deveria acelerar gradualmente seu ritmo de crescimento e registraria expansão de 2,3% em 2020. Entretanto, os indicadores referentes aos meses de Novembro e Dezembro de 2019 divulgados ao longo do primeiro trimestre de 2020 frustraram estas expectativas, ao revelar que o PIB cresceu 1,1% em 2019 e que o impulso para 2020 deveria levar a um crescimento mais próximo a 2,0%. Ademais, o surto de Covid-19 ainda parece estar longe de seu final, segundo prognóstico da Organização Mundial da Saúde, quadro que deverá ter impacto contracionista em todos os países ao redor do globo. Em virtude desta conjuntura negativa de fatores, a Santander Leasing projeta atualmente que a expansão econômica brasileira fique em patamar ligeiramente inferior à observada em 2019 e atinja 1,0% em 2020. Ao final, na visão da Santander Leasing, a combinação das situações internacional e doméstica acabou sendo favorável aos preços dos ativos no quarto trimestre, inclusive da taxa de câmbio que encerrou o período em patamar inferior ao observado no final do terceiro trimestre - R\$4,03/US\$ versus R\$4,16/US\$. Ademais, a Santander Leasing testemunhou o mercado de ações apresentar desempenho positivo com o índice Bovespa tendo avançado para o nível de 115.645,3 pontos frente aos 104.745,3 pontos na mesma comparação anterior - reforçando a percepção de que os desdobramentos do ambiente doméstico poderiam dar suporte a uma melhora no desempenho. Mais ainda, a Santander Leasing entende que a redução observada no patamar do risco de crédito brasileiro indicava maior confiança quanto à materialização de novas reformas estruturais que poderiam garantir a sustentabilidade do endividamento público brasileiro. Inclusive, compartilhando esta percepção, a agência de classificação de risco de crédito Standard & Poor's alterou sua perspectiva quanto à atual posição ocupada pelo Brasil em seu ranking, com possibilidade de melhora desta colocação. Assim, enquanto a Santander Leasing observou o credit default swap para o prazo de 5 anos encerrar o terceiro trimestre em 136,5 pontos, esta mesma medida de risco de crédito encerrou dezembro no patamar de 99,5 pontos base - o mais baixo encerramento de trimestre desde junho de 2007. Isto é, ainda que a Santander Leasing reconhecesse a influência dos eventos internacionais na dinâmica cambial, a Santander Leasing entende que os acontecimentos domésticos poderiam conter pressões sobre a taxa de câmbio e leva-la a encerrar o ano de 2020 no patamar de R\$4,00/US\$. Após a eclosão do Covid-19 na China, sua rápida

BALANÇOS PATRIMONIAIS				BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante		1.467.912	1.586.359	Passivo Circulante		857.625	623.382
Disponibilidades	4&18.d	8.466	7.285	Recursos de Acetes e Emissão de Títulos	13&18.d	71.325	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5&18.d	1.309.593	1.478.573	Recursos de Debêntures		71.325	-
Aplicações no Mercado Aberto		1.253.584	1.300.319	Relações Interfinanceiras	18.d	7.854	13.187
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		56.009	178.254	Repasse Interfinanceiros		7.854	13.187
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	79.592	6.135	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.a	142.849	79.462
Carteira Própria		69.295	6.135	Instrumentos Financeiros Derivativos		142.849	79.462
Vinculados à Prestação de Garantias		10.297	-	Outras Obrigações		635.597	530.733
Operações de Arrendamento Mercantil		(8.264)	(12.224)	Sociais e Estatutárias		2.738	60
Arrendamentos a Receber:				Fiscais e Previdenciárias	17.b	95.582	100.517
Setor Público	7.b	745.957	784.709	Diversas	15	537.277	430.156
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	7.b	(745.957)	(778.053)	Passivo Exigível a Longo Prazo		1.542.526	1.577.372
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	7.f	(8.846)	(18.880)	Recursos de Acetes e Emissão de Títulos	13&18.d	304.052	354.237
Outros Créditos		75.748	103.311	Recursos de Debêntures		304.052	354.237
Rendas a Receber		3	-	Outras Obrigações		1.238.474	1.223.135
Créditos Tributários	8	72.308	98.984	Fiscais e Previdenciárias	14	120.029	128.714
Diversos	9	3.437	4.327	Diversas	15	1.118.445	1.094.421
Outros Valores e Bens		2.797	3.279	Patrimônio Líquido	17	5.762.769	5.753.021
Outros Valores e Bens	7.b	1.702	2.197	Capital Social:			
(Provisões para Desvalorizações)	7.b	(540)	(054)	De Domiciliados no País		4.720.030	4.720.030
Despesas Antecipadas		1.635	2.036	Reservas de Lucros		1.010.970	966.653
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.175.507	3.290.944	Ajustes de Avaliação Patrimonial		31.769	66.338
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	1.576.278	1.642.094				
Carteira Própria		1.354.580	1.410.907				
Vinculados à Prestação de Garantias		221.698	231.187				
Operações de Arrendamento Mercantil		(10.905)	(38.175)				
Arrendamentos a Receber:							
Setor Público	7.b	-	156				
Setor Privado	7.b	1.075.720	896.273				
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	7.b	(1.074.298)	(894.971)				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	7.f	(12.327)	(39.633)				
Outros Créditos		1.610.134	1.687.025				
Créditos Tributários	8	499.299	491.232				
Diversos	9	1.110.835	1.195.793				
Permanente		3.519.501	3.076.472				
Investimentos		324.358	359.838				
Participações em Coligadas e Controladas - no País	10	324.358	359.838				
Outros Investimentos		2.015	2.015				
(Provisões para Perdas)		(2.015)	(2.015)				
Imobilização de Uso	11	-	-				
Imobilização de Uso		1.387	1.387				
Outras Imobilizações de Uso		17	17				
(Depreciações Acumuladas)		(1.404)	(1.404)				
Imobilização de Arrendamento	7.b&12	3.195.143	2.716.634				
Bens Arrendados		5.447.725	5.070.648				
(Depreciações Acumuladas)		(2.252.582)	(2.354.014)				
Total do Ativo		8.162.920	7.953.775	Total do Passivo		8.162.920	7.953.775

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2017		4.720.030	380.319	634.483	90.740	5.825.572
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	(373.384)	(24.402)	(422.166)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Capital Próprio com base nas reservas estatutárias	17.b	-	-	-	(373.384)	(746.550)
Lucro Líquido		-	-	-	325.235	325.235
Destinações:						
Reserva Legal	17.c	-	16.262	-	(16.262)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	17.c	-	-	154.487	(154.487)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	17.c	-	-	154.487	(154.487)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		4.720.030	396.581	570.072	66.338	5.753.021
Mutações no exercício		-	16.262	(64.411)	(24.402)	(72.551)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		4.720.030	396.581	570.072	66.338	5.753.021
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	(34.569)	(34.569)	(69.138)
Lucro Líquido		-	-	-	46.996	46.996
Destinações:						
Reserva Legal	17.c	-	2.350	-	(2.350)	-
Dividendos Mínimos	17.b	-	-	-	(2.679)	(2.679)
Reserva para Equalização de Dividendos	17.c	-	-	20.983	(20.983)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	17.c	-	-	20.984	(20.984)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		4.720.030	398.931	612.039	31.769	5.762.769
Mutações no exercício		-	2.350	41.967	(34.569)	9.748
Saldos em 30 de junho de 2019		4.720.030	396.734	572.985	49.660	5.739.409
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	(17.891)	(17.891)	(35.541)
Lucro Líquido		-	-	-	43.930	43.930
Destinações:						
Reserva Legal	17.c	-	2.197	-	(2.197)	-
Dividendos Mínimos	17.b	-	-	-	(2.679)	(2.679)
Reserva para Equalização de Dividendos	17.c	-	-	19.527	(19.527)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	17.c	-	-	19.527	(19.527)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		4.720.030	398.931	612.039	31.769	5.762.769
Total no semestre		-	2.197	39.054	(17.891)	23.360

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474, Bloco C, 1º andar, Santo Amaro, CEP 04752-901, São Paulo - SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander. As operações da Santander Leasing são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Leasing foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros.

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander Brasil S.A. (Banco Santander), investimento este que totaliza o equivalente a 78,57% do capital social da Santander Leasing e participação indireta equivalente a 21,42% através do Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe) (Nota 18.c).

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 na reunião realizada em 30 de março de 2020.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apreciação do Resultado

O regime contábil de apreciação do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

O custo de realização e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Santander Leasing de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

"Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Fatores de Risco	Descrição	cenário 1	cenário 2	cenário 3
Carteira "Banking"				
Fatores de Risco	Descrição	cenário 1	cenário 2	cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas Juros Pré - Fixadas	(1.592)	(13.603)	(27.931)
		(1.592)	(13.603)	(27.931)

Total (1)

Valores líquidos de efeitos tributários.

cenário 1: choque de +10 bps nas curvas de juros.

cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira ao Valor Presente

	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Arrendamento Mercantil (1)	2.111.842	1.836.504
Total	2.111.842	1.836.504

(1) Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

b) Carteira de Arrendamento

	31/12/2019	31/12/2018
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	2.428.239	2.142.057
Arrendamentos a Receber	1.821.677	1.681.138
Valores Residuais a Realizar (1)	606.562	460.919
Rendas a Apropriar de Arrendar (2)	(1.819.693)	(1.673.024)
Valores Residuais a Balancear	(606.562)	(460.919)
Bens não de Uso Próprio	1.162	1.243
Imobilização de Arrendamento (Nota 12)	3.195.143	2.716.634
Créditos por Antecipação de Valor Residual (Nota 15)	(1.086.447)	(898.487)
Total da Carteira de Arrendamento ao Valor Presente	2.111.842	1.836.504

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$316.397 (31/12/2018: R\$305.553).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	31/12/2019	31/12/2018
Vencidas	3.233	4.817
A Vencer:		
Até 3 Meses	275.782	282.992
De 3 a 12 Meses	702.966	692.191
De 1 a 5 Anos	1.442.244	1.160.986
Acima de 5 Anos	4.014	1.071
Total	2.428.239	2.142.057

c) Carteira por Vencimento ao Valor Presente

	31/12/2019	31/12/2018
Vencidas	3.181	4.580
A Vencer:		
Até 3 Meses	265.992	271.203
De 3 a 12 Meses	653.805	635.935
De 1 a 5 Anos	1.185.564	924.274
Acima de 5 Anos	3.300	512
Total	2.111.842	1.836.504

d) Carteira por Setor de Atividades ao Valor Presente

	31/12/2019	31/12/2018
Setor Privado	572.319	412.235
Indústria	518.370	382.197
Comércio	2.138	2.098
Instituições Financeiras	983.178	1.013.572
Serviços e Outros	13.399	18.232
Pessoas Físicas - Financiamento e Leasing de Veículos	21.058	8.014
Agricultura	-	-
Setor Público	1.380	156
Governo Municipal	2.111.842	1.836.504

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	1.634.214	-	1.634.214	-
A	0,5%	363.339	-	363.339	1.817
B	1%	54.817	1.709	56.526	565
C	3%	26.627	1.291	27.918	837
D	10%	3.871	1.671	5.542	554
E	30%	1.261	4.210	5.971	1.791
F	50%	275	2.434	2.459	1.230
G	70%	415	4.565	4.980	3.486
H	100%	8.708	2.185	10.893	10.893
Total		2.093.777	18.065	2.111.842	21.173

Nível de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	1.345.279	-	1.345.279	-
A	0,5%	328.444	-	328.444	1.642
B	1%	67.844	95	67.939	676
C	3%	21.530	2.718	24.248	726
D	10%	8.149	4.089	12.238	1.224
E	30%	1.788	3.285	5.073	1.522
F	50%	298	1.59	1.457	229
G	70%	115	1.002	1.117	782
H	100%	36.599	15.112	51.709	51.709
Total		1.810.044	26.460	1.836.504	58.513

f) Inclui parcelas vincendas e vencidas a mais de 14 dias.

g) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Saldo Inicial	58.513	60.727
Constituições	2.698	(507)
Baixas	(40.038)	(21.873)
Saldo Final	21.173	58.513
Créditos Recuperados (1)	7.583	9.079

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

h) Créditos Renegociados

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos Renegociados	28.314	74.733
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(12.778)	(50.680)
Porcentagem de cobertura sobre a carteira de renegociação	44,8%	67,8%

8. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	124.495	3.591	(17.966)	110.120
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	6.927	4.188	(4.177)	6.938
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	174.997	6.408	(3.405)	178.000
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos por negociação e Derivativos (1)	2.141	-	(2.141)	-
Outras Provisões Temporárias	14.899	1.402	-	16.301
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	323.459	15.589	(27.689)	311.359
Prejuízos Fiscais	266.757	-	(6.509)	260.248
Total dos Créditos Tributários	590.216	15.589	(34.198)	571.607

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Santander Leasing não possui créditos tributários não ativados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Diferenças Temporárias	311.359	311.359
Prejuízos Fiscais	(260.248)	(260.248)
Total	51.111	51.111

Em função das diferenças existentes entre os dados setoriais, fiscais e societários, a expectativa de realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários e do valor registrado é de R\$474.685 (31/12/2018 - R\$499.504) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais, contribuição social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

9. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2019	31/12/2018
Devedores por Depósitos em Garantia	743.501	755.197
Para Interposição de Recursos Fiscais	35	52
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	38.575	37.306
Outros	1.592	2.124
Garantias Contratuais de Ex-Contratadores (Nota 16.g)	-	23.803
Impostos e Contribuições a Compensar	241.124	221.470
Pagamentos a Ressarcir	2.892	2.892
Outros	86.552	107.276
Total	1.142.271	1.200.120

10. Participações em Coligadas e Controladas

	31/12/2019	31/12/2018
Quantidade de Ações Possuídas (Mil)		
Ações Ordinárias		
Ações Preferenciais		
Participação Direta		

Investimento

	31/12/2019	31/12/2018		
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCMVM)	Corretora	33	33	0,000002%
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (atual denominação social da SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) (PI DITVM) (1)	Leasing	182	-	100,0000%

Patrimônio Líquido Ajustado

	31/12/2019	31/12/2018
Investimento	324.357	(35.480)
Santander CCMVM	646.400	68.198
PI DITVM (1)	98.300	1
Total dos investimentos	324.357	(35.480)

Resultado da Equivalência Patrimonial

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Investimento	(35.480)	(29.415)
PI DITVM (1)	(35.480)	(29.415)
Total dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial	(70.960)	(58.830)

(1) Em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. teve sua denominação social alterada para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo o processo de mudança de denominação social aprovado pelo Banco em 22 de janeiro de 2019. A companhia iniciou suas operações em 14 de março de 2019.

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está composto, principalmente, por edificações e totalmente depreciado.

12. Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 7.b), e tem a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Veículos e Afins	1.899.791	2.056.746
Máquinas e Equipamentos	2.325.854	2.073.308
Aeronaves	805.100	500.710
Embarcações	6.896	-
Instalações	947	646
Móveis	20.489	29.646
Outros Bens	5.541	6.212
Depreciações Acumuladas	(2.826.154)	(2.824.956)
Superveniência de Depreciação	573.572	470.942
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	383.307	403.380
Total	3.195.143	2.716.634

Os bens estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com superveniência de depreciação em favor de Santander Leasing. No exercício de 2019, foi registrada uma superveniência de depreciação no valor de R\$102.630 (2018 - insuficiência de depreciação R\$2.711), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e circular Bacen 1.429/1989.

13. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Debêntures	Emissão	Vencimento	Quantidade	Valor de Emissão	Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2019	31/12/2018
Debêntures	Janero-15	Janero-35	100.000.000	100.000.000	100,00%	15.851.666	14.958.940
Debêntures	Agosto-06	Agosto-36	410.000	4.100.000	100,00%	15.192.678	14.317.064
Debêntures	Junho-07	Junho-37	410.000	4.100.000	100,00%	13.705.453	12.933.596
Debêntures	Julho-12	Julho-32	500.000.000	5.000.000	100,00%	7.920.702	7.474.629
Debêntures	Junho-05	Junho-35	150.000	1.500.000	100,00%	6.724.581	6.345.870
Debêntures	Março-06	Março-36	150.000	1.500.000	100,00%	5.906.935	5.545.272
Debêntures	Setembro-05	Setembro-20	120.000	1.200.000	100,00%	5.132.165	4.874.134
Debêntures	Abri-06	Abri-21	100.000	1.000.000	100,00%	3.627.325	3.627.325
Debêntures	Junho-05	Junho-20	400.000	4.000.000	100,00%	1.793.222	1.692.232
Total						75.854.727	71.787.062

(1) Debêntures em Tesouraria

Debêntures	Emissão	Vencimento	Quantidade	Valor de Emissão	Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2019	31/12/2018
Debêntures	Janero-15	Janero-35	99.982.824	9.998.282	100,00%	(15.848.943)	(14.956.371)
Debêntures	Agosto-06	Agosto-36	409.260	4.092.600	100,00%	(15.165.257)	(14.311.188)
Debêntures	Junho-07	Junho-37	406.379	4.063.790	100,00%	(13.584.410)	(12.819.377)
Debêntures	Julho-12	Julho-32	399.504.270	3.995.043	100,00%	(7.891.159)	(7.446.748)
Debêntures	Junho-05	Junho-35	147.409	1.474.090	100,00%	(6.608.425)	(6.236.255)
Debêntures	Março-06	Março-36	149.818	1.498.180	100,00%	(5.899.769)	(5.567.508)
Debêntures	Setembro-05	Setembro-20	119.471	1.194.710	100,00%	(5.109.540)	(4.821.784)
Debêntures	Abri-06	Abri-2					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Operações de Crédito

A Santander Leasing pode efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 “Lei das Sociedades Anônimas” e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco Santander, seu controlador, publicada na página de Relações com Investidores.

São consideradas partes relacionadas da Santander Leasing:

- seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, a Santander Leasing possua participação societária qualificada;
- pessoas jurídicas nas quais a Santander Leasing possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- pessoas jurídicas que possuem diretor ou membro do conselho de administração em comum com a Santander Leasing.

c) Participação Acionária

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 8.678.231 mil ações ordinárias equivalentes a 78,57% do capital social e participação indireta através do Banco Bandepe de 2.365.566 mil ações ordinárias equivalentes a 21,42% do capital social, perfazendo uma participação total de 99,99%.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Disponibilidades (Nota 4)	8.466	7.285	-	-
Banco Santander ⁽²⁾	8.466	7.285	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	1.309.593	1.478.573	88.672	556.612
Banco Santander ⁽²⁾	1.309.593	1.478.573	88.672	556.612
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	79.387	-	-	-
Banco Santander ⁽²⁾	79.387	-	-	-
Relações Interfinanceiras	(7.854)	(13.187)	(3.163)	(2.627)
Banco Santander ⁽²⁾	(7.854)	(13.187)	(3.163)	(2.627)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	-	-	(37.347)	(79.462)
Banco Santander ⁽²⁾	-	-	(37.347)	(79.462)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 13)	(375.377)	(354.237)	(21.140)	(856.776)
Banco Santander ⁽²⁾	(375.377)	(354.237)	(21.140)	(856.776)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(2.679)	-	-	-
Banco Santander ⁽²⁾	2.105	-	-	-
Banco Bandepe	574	-	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas ⁽¹⁾	-	-	(3.163)	(1.563)
Banco Santander ⁽²⁾	-	-	(3.163)	(1.563)
Despesas com Doações	-	-	(175)	(500)
Santander Cultural	-	-	(175)	(500)

⁽¹⁾ As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional (Nota 19).

⁽²⁾ Controlador da Santander Leasing (Nota 18.c).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - José de Paiva Ferreira

Conselheiros

Angel Santodomingo Martell

Carlos Rey de Vicente

Contador

Leonardo Santicoli - CRC 1 SP 265213/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2019, e os documentos que as compõem, sendo: relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Santander Leasing a qual inclui o Relatório dos Auditores Independente, relativo às Demonstrações Financeiras da Santander Leasing, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, e os documentos que as compõem, sendo: relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora suas informações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que requerem que o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência/insuficiência de depreciação (Notas 3(k) e 7). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas/despesas de intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do lucro líquido e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor fiscal auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Instituição não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 3(i) e 7)</p> <p>A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo.</p> <p>Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de <i>ratings</i> (classificação de risco) de crédito, bem como, considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.</p> <p>Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de <i>rating</i> considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas. Efetuamos, também, testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos <i>ratings</i> atribuídos, as premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.</p>
<p>Provisões para passivos contingentes (Notas 3(l) e 16)</p> <p>A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.</p> <p>Nos processos os referidos processos são encerrados após um longo tempo e normalmente não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.</p> <p>A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.</p>	<p>Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários e cíveis) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras.</p> <p>Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.</p>



23. Resultado não Operacional

Representado, principalmente, por resultados na alienação em leilões de bens retomados e quitação antecipada pelo arrendatário em prazo inferior a 24 meses do início do contrato de arrendamento.

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	106.632	398.498
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 17.b) ⁽¹⁾	-	(372.384)
Resultado antes dos Impostos	106.632	25.114
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% (2018 - 25% e 20%), Respectivamente ⁽²⁾	(42.653)	(11.301)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(14.192)	(13.237)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(3.062)	8.705
Ajustes CSLL 5%	-	1.976
Demais Ajustes ⁽³⁾	271	(59.406)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(59.633)	(73.263)

⁽¹⁾ A partir de janeiro 2019, nos termos da resolução CMN 4.706, os valores relativos à remuneração do capital declarados devem ser reconhecidos em contrapartida à conta adequada de lucros acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

⁽²⁾ Majoração Provisória da alíquota da CSLL, a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

⁽³⁾ Em 2018, refere-se a efeito decorrente da baixa de impostos a compensar.

25. Outras Informações

a) Comitê de auditoria

Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, a Santander Leasing aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/rfi.

26. Evento Subsequente

As operações e resultados podem ser impactados negativamente pelo surto de coronavírus

Preocupações com a saúde global ou nacional, incluindo o surgimento de doenças pandêmicas ou contagiosas, como o coronavírus recente, podem afetar a Companhia adversamente. Desde dezembro de 2019, uma nova cepa de coronavírus se espalhou na China e em outros países. Tais eventos podem causar interrupção da atividade econômica regional ou global, o que pode afetar as operações e resultados financeiros. A extensão em que o coronavírus afeta os resultados dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a gravidade do coronavírus e as ações para conter o coronavírus ou tratar seu impacto, entre outras.

DIRETORIA

Diretor Presidente - Angel Santodomingo Martell

Diretores

Amancio Acúrcio Gouveia

Antonio Pardo Santayana Montes

Rafael Bello Noya

Membros da Diretoria da Santander Leasing em 31 de dezembro de 2019:

Diretor Presidente - Angel Santodomingo Martell

Diretores

Amancio Acúrcio Gouveia

Antonio Pardo Santayana Montes

Rafael Bello Noya

Membros da Diretoria da Santander Leasing em 31 de dezembro de 2019:

Diretor Presidente - Angel Santodomingo Martell

Diretores

Amancio Acúrcio Gouveia

Antonio Pardo Santayana Montes

Rafael Bello Noya

Porque é um PAA

Ambiente de tecnologia da informação

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões sobre fatos fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Availamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras apresentam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2020



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 25P000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4